



Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública no Concelho de Celorico da Beira

ÍNDICE

Capítulo I	7
Disposições Gerais	7
Artigo 1º	7
Lei Habilitante.....	7
Artigo 2º	7
Âmbito e Objeto	7
Artigo 3º	7
Ordenamento do Trânsito	7
Artigo 4º	8
Classes e Tipos de Veículos	8
Capítulo II	8
Estacionamento Irregular	8
Artigo 5º	8
Veículos Abandonados	8
Artigo 6º	8
Estacionamento Indevido ou Abusivo	8
Artigo 7º	10
Estacionamento com Perigo ou Perturbação para o Trânsito	10
Capítulo III	11
Procedimento.....	11
Artigo 8º	11

Abertura de Processo	11
Artigo 9º	11
Notificação.....	11
Artigo 10º	12
Remoção ou Abandono de Veículos.....	12
Artigo 11º	14
Reclamação de Veículo.....	14
Artigo 12º	15
Usufruto, Locação Financeira e Reserva de Propriedade	15
Artigo 13º	16
Levantamento Fotográfico	16
Artigo 14º	16
Ficha de Registo do Veículo Recolhido.....	16
Artigo 15º	16
Informação dos Veículos Removidos por Abandono, às Entidades	16
Artigo 16º	17
Veículos Abandonados a Favor do Estado	17
Artigo 17º	17
Uso e Registo de Veículo a Favor do Município	17
Artigo 18º	18
Vistoria Técnica	18
Artigo 19º	18
Veículos em Fim de Vida	18
Artigo 20º	18
Responsabilidade Civil	18
Capítulo IV.....	19
Procedimentos Especiais	19

Artigo 21º	19
Hipoteca	19
Artigo 22º	19
Penhora	19
Artigo 23º	20
Veículos com Matrícula Estrangeira	20
Capítulo V.....	20
Abate de Veículos.....	20
Artigo 24º	20
Arrematação em Hasta Pública	20
Artigo 25º	20
Publicação de Edital.....	20
Artigo 26º	21
Abertura das Propostas	21
Artigo 27º	21
Arrematação.....	21
Artigo 28º	21
Cancelamento de Matrícula	21
Artigo 29º	21
Certificado de Destruição de Veículo	21
Capítulo VI.....	22
Fiscalização, Sanções e Taxas	22
Artigo 30º	22
Fiscalização	22
Artigo 31º	23
Contraordenações	23
Artigo 32º	23

Sanções.....	23
Artigo 33º	23
Taxas devidas pela Remoção e Depósito de Veículos	23
Artigo 34º	24
Responsabilidade pelo Pagamento de Taxas e Despesas	24
Capítulo VII.....	24
Disposições Finais e Transitórias	24
Artigo 35º	24
Contagem de Prazos.....	24
Artigo 36º	25
Delegação e Subdelegação de Competências	25
Artigo 37º	25
Dúvidas e Omissões.....	25
Artigo 38º	26
Entrada em Vigor.....	26



Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública no Concelho de Celorico da Beira

Nota Justificativa

O Decreto-Lei N.º 114/94, de 3 de maio, aprovou o Código da Estrada. Neste diploma foram estabelecidas normas relativas ao abandono e remoção de veículos nas vias públicas.

Nos termos do disposto na alínea rr) do N.º 1 do artigo 33º do anexo à Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos.

O Município de Celorico da Beira não dispõe de qualquer instrumento regulamentar de atuação nesta matéria, pelo que com o presente projeto de Regulamento colmata-se essa lacuna.

Ficam definidas regras que disciplinem a recolha e o tratamento dos veículos considerados abandonados, à venda na via pública, ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos próprios meios, ou em estacionamento indevido ou abusivo na via pública, na área de jurisdição do Município de Celorico da Beira, evidenciando as responsabilidades, deveres e obrigações de cada um dos intervenientes, com especial destaque para a autarquia e para os seus municípios.

O presente Projeto de Regulamento tem como objetivo criar condições efetivas para o cumprimento das exigências ambientais, harmonizando-as com as regras constantes no Código da Estrada e demais legislação em vigor.

O abandono de veículos no espaço público pode ser avaliado enquanto fator de agressão ambiental, porque prejudica a qualidade de vida no meio urbano, constituindo um foco de poluição, que degrada a paisagem urbana. Esta preocupação ambiental conjuga-se com a melhoria do estacionamento, saúde pública, segurança e circulação de peões e automobilistas.

A competência para a elaboração do Regulamento é atribuída à Câmara Municipal nos termos da alínea k), do N.º 1 do artigo 33.º, do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tem competência para aprovar Regulamentos sob a proposta da Câmara Municipal nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea g), do N.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro.

Assim, após a publicitação do início do procedimento e constituição de interessados, nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 4/2015, de 07 de janeiro, submete-se o presente Projeto de Regulamento à Câmara Municipal, nos termos da alínea k) do N.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação da sua sujeição a apreciação pública para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação na 2.ª série do Diário da República, nos termos do N.º 1 e 2, do artigo 101.º, do Código de Procedimento Administrativo.

Na apreciação pública, serão também consultadas a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT).

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Lei Habilitante

O presente Projeto de Regulamento é elaborado nos termos dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea g) do N.º 1 do artigo 25º e da alínea ee), qq), rr) e k) do artigo 33º do anexo I à Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, tem como leis habilitantes, o estatuído nos artigos 163º e seguintes do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 114/94 de 3 de maio, na sua atual redação, pelo Decreto-Lei N.º 170/2008, de 26 de agosto, que estabelece o regime jurídico do Parque de Veículos do Estado, o disposto na Portaria N.º 1424/2001 de 13 de dezembro, alterada pela Portaria N.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro, tendo em conta e Declaração de Retificação N.º 2/2011 de 8 de fevereiro, que estabelece as condições e as taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos.

Artigo 2º

Âmbito e Objeto

O presente Projeto de Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos os veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono, à venda na via pública ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos próprios meios, os estacionados indevida ou abusivamente, na área de jurisdição do Município de Celorico da Beira, assim como, a sua recolha e remoção considerando as disposições ambientais, as disposições do Código da Estrada e demais legislação em vigor.

Artigo 3º

Ordenamento do Trânsito

O ordenamento do trânsito é da competência da Câmara Municipal nas vias públicas e demais lugares públicos sob a sua jurisdição, designadamente, estradas, ruas e caminhos municipais, conforme determina a alínea rr) do N.º 1 do artigo 33.º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 4º

Classes e Tipos de Veículos

As disposições normativas do presente regulamento municipal aplicam-se a todas as classes ou tipos de veículos previstos no Código da Estrada.

Capítulo II

Estacionamento Irregular

Artigo 5º

Veículos Abandonados

Entre outros fundamentos, consideram-se veículos em situação de abandono, aqueles:

- a) Que apresentem sinais exteriores evidentes de inutilização ou degradação;
- b) Cujos proprietários, possuidores ou detentores manifestem expressamente junto do Município de Celorico da Beira a intenção de abandono ou impossibilidade dos retirar do local, onde se encontram estacionados.

Artigo 6º

Estacionamento Indevido ou Abusivo

1 - Considera-se estacionamento indevido ou abusivo, nos termos do artigo 163º do Código de Estrada, e para o presente Projeto de Regulamento:

- a) O de veículo, durante 30 dias ininterruptamente, em local da via pública ou em parque ou zona de estacionamento, isentos do pagamento de qualquer taxa;
- b) O de veículo, em parque de estacionamento, quando as taxas correspondentes a cinco dias de utilização não tiverem sido pagas;
- c) O de veículo, que permanecer em zona de estacionamento condicionado ao pagamento de taxa, quando esta não tiver sido paga ou tiverem decorrido duas horas para além do período de tempo pago;

- d) O de veículo que permanecer em local de estacionamento limitado mais de duas horas para além do período de tempo permitido;
- e) O de veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques e semirreboques não atrelados ao veículo trator e o de veículos publicitários que permaneçam no mesmo local por tempo superior a 72 horas, ou a 30 dias, se estacionarem em parques a esse fim destinados;
- f) O que se verifique por tempo superior a 48 horas, quando se trate de veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono, de inutilização ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos seus próprios meios;
- g) O de veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transação, em parque de estacionamento;
- h) O de veículos sem chapa de matrícula ou com chapa que não permita a correta leitura da matrícula.

2 - Os prazos previstos nas alíneas a) e e) do número anterior não se interrompem, desde que os veículos sejam apenas deslocados de um para outro lugar de estacionamento, ou se mantenham no mesmo parque ou zona de estacionamento.

3 - Para efeitos do disposto na alínea f) do N.º 1, consideram-se sinais exteriores evidentes de abandono e/ou de inutilização do veículo, designadamente:

- a) A existência de ferrugem ou corrosão na viatura;
- b) A existência de pneus sem pressão ou a ausência dos mesmos;
- c) A existência de vegetação na viatura ou na área que ocupa;
- d) A existência de dísticos desatualizados;
- e) A existência de sinais de vandalismo na viatura.

4 - Considera-se de igual modo, estacionamento indevido ou abusivo, sujeito às regras e procedimentos previstos no N.º 1 deste artigo, todos os veículos que se encontrem estacionados em vias públicas e vias equiparadas a vias públicas, com o objetivo de serem transacionados a qualquer título, nomeadamente para venda, permuta ou cedência, qualquer que seja o meio utilizado para o efeito.

5 - Para os efeitos do disposto no número anterior, as definições de via pública e de via equiparada a via pública são as constantes do Código da Estrada.

6 - Para efeitos do disposto no N.º 4, entende-se como estacionado na via pública para venda ou qualquer outro tipo de transação comercial, todos os veículos dos quais se deduza direta ou indiretamente esta finalidade, através de qualquer mensagem, meio ou indício, cuja função é, de igual

modo, dar conhecimento desse facto aos transeuntes, independentemente da mensagem se encontrar afixada no veículo ou em qualquer outro local.

7 - O disposto no número anterior aplica-se a todos os veículos que se encontram estacionados na via pública com a finalidade de serem transacionados e que ali tenham sido colocados, quer por particulares, quer por pessoas coletivas.

8 - Excetuam-se do disposto no N.º 4 ao N.º 7 deste artigo, todos os veículos estacionados na via pública, com a finalidade de serem transacionados, que se encontrem num espaço confinado e devidamente identificado, sobre o qual incida uma licença de ocupação de espaço público para esse fim, desde que cumpram um dos seguintes requisitos:

- a) Seguro de responsabilidade civil do espaço, que inclua os veículos ali estacionados;
- b) Seguro de responsabilidade civil obrigatório por veículo, bem como toda a documentação do mesmo, regularizada de acordo com o Código da Estrada vigente.

Artigo 7º

Estacionamento com Perigo ou Perturbação para o Trânsito

Considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito, os seguintes casos de estacionamento ou imobilização de veículo:

- a) Em via ou corredor de circulação reservados a transportes públicos;
- b) Em local de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros;
- c) Em passagem de peões ou de velocípedes sinalizada;
- d) Em cima de passeios ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de utilizadores vulneráveis;
- e) Na faixa de rodagem, sem ser junto da berma ou passeio;
- f) Em local destinado ao acesso de veículos ou peões a propriedades, garagens ou locais de estacionamento;
- g) Em local destinado ao estacionamento de veículos de certas categorias ou afeto ao estacionamento de veículos ao serviço de determinadas entidades ou utilizados no transporte de pessoas com deficiência;
- h) Em local afeto à paragem de veículos para operações de carga e descarga ou tomada e largada de passageiros;

- i) Impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos;
- j) Na faixa de rodagem, em segunda fila;
- k) Em local em que impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou a saída destes;
- l) De noite, na faixa de rodagem, fora das localidades, salvo em caso de imobilização por avaria devidamente sinalizada;
- m) Na faixa de rodagem de autoestrada ou via equiparada.

Capítulo III

Procedimento

Artigo 8º

Abertura de Processo

Obtido o conhecimento de qualquer uma das situações irregulares previstas no N.º 3 artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos), deve ser aberto um processo administrativo, por cada veículo alvo de remoção, para o qual é acarretada toda a informação e documentação inerente, nomeadamente levantamento fotográfico e a ficha de registo do veículo recolhido.

Artigo 9º

Notificação

1 - Sempre que um veículo se encontrar estacionado indevidamente ou abusivamente na via pública, como nos casos em que se verifique que o veículo se encontra à venda na via pública sob a jurisdição da Câmara Municipal, o município envia ao proprietário um aviso de notificação por carta registada com aviso de receção, para a residência constante do respetivo registo, para proceder no prazo máximo de 48 horas contados ao do dia seguinte do recebimento dessa notificação, para retirar do local a viatura estacionada abusivamente na via pública, comunicando também que não cumprindo com o mesmo, a Câmara Municipal poderá promover a sua remoção, correndo as respetivas despesas por conta do proprietário.

2 - No caso de o proprietário não proceder à remoção do veículo no prazo fixado, os serviços municipais procedem à sua remoção para depósito ou parque municipal, após o que se segue a tramitação prevista nos artigos seguintes.

3 - O prazo fixado no N.º 1 deste artigo não se aplica em caso de veículos reincidentes titulados pelo mesmo proprietário. Desta forma, os veículos que tenham sido removidos voluntariamente no prazo previsto e que posteriormente se encontrem novamente na via pública em condições análogas, desde que não tenha ocorrido transferência da sua propriedade, serão removidos imediatamente.

Artigo 10º

Remoção ou Abandono de Veículos

1 - Removido o veículo, nos termos do N.º 2 do artigo 9º (Notificação), deve ser notificado novamente o titular do documento de identificação do veículo, para a residência constante do respetivo registo, para o levantar no prazo de 45 dias úteis, através de carta registado com aviso de receção, nos termos do estipulado no Código do Processo Civil, aprovado pela Lei N.º 41/2013, de 26 de junho, na sua redação vigente.

2 - Tendo em vista o estado geral do veículo, se for previsível um risco de deterioração que possa fazer recear que o preço obtido em venda em hasta pública não cubra as despesas decorrentes da remoção e depósito, o prazo previsto no número anterior é reduzido a 30 dias úteis.

3 - A Câmara Municipal pode promover a remoção imediata de veículos, que se encontrem:

- a) Estacionados indevidamente, ou abusivamente nos termos do presente Projeto de Regulamento, e que não sejam removidos no prazo nele afixado;
- b) Com sinais exteriores de manifesta inutilização, provocada por acidente ou abandono do mesmo;
- c) Estacionados indevidamente ou abusivamente, nos termos do artigo 7º (Estacionamento com Perigo ou Perturbação para o Trânsito);
- d) Estacionados ou imobilizados na berma de autoestrada ou via equiparada;
- e) Estacionados ou imobilizados de modo a constituírem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito;
- f) Estacionados ou imobilizados em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência, de socorro, ou outros motivos análogos, justifiquem a remoção.

4 - No caso de não se saber quem é o proprietário do veículo, é elaborado e enviado ofício à Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Celorico da Beira, solicitando a identificação do mesmo e se sobre aquele recai alguma penhora ou hipoteca.

5 - Após receção da resposta da Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Celorico da Beira, é efetuada notificação de acordo com o estipulado no N.º 1, através de carta registada com aviso de receção.

6 - Quando não seja possível a notificação do proprietário do veículo, por carta registada com aviso de receção, deve a mesma ser efetuada por um dos seguintes meios:

- a) Por notificação pessoal a executar pela fiscalização municipal ou pelas autoridades policiais;
- b) Por edital, no caso em que a notificação pessoal não seja conseguida.

7 - Se o veículo não for reclamado dentro dos prazos previstos neste artigo ou no caso de indisponibilidade de notificação do proprietário por se ignorar a sua residência ou paradeiro, desde que devidamente comprovado, é o veículo considerado abandonado e adquirido por ocupação pelo Estado, nos termos do artigo 16º (Veículos Abandonados a Favor do Estado), ou pela Câmara Municipal de Celorico da Beira.

8 - Da notificação referida nos números anteriores constará, ainda, minuta da declaração de abandono, conforme anexo I ao presente Projeto de Regulamento, a preencher pelo proprietário para os efeitos previstos no N.º 10.

9 - Os prazos referidos nos números anteriores contam-se a partir da receção da notificação ou da data da sua afixação por edital.

10 - O veículo é considerado imediatamente abandonado quando essa for a vontade manifestada expressamente pelo seu proprietário, através do preenchimento e assinatura da declaração de abandono referida no N.º 8, obrigatoriamente acompanhada dos documentos do veículo.

11 - Fica isenta do pagamento das taxas previstas no artigo 33º (Taxas devidas pela Remoção e Depósito de Veículos), a pessoa singular ou coletiva que declare expressamente o abandono do veículo a favor do município.

12 - Não dispondo a Câmara Municipal de meios próprios que lhe permitam efetuar a remoção e o consequente estacionamento dos veículos removidos, pode ser celebrado contrato com prestador de serviços competente para o efeito.

13 - Nos termos do número anterior deverá o prestador de serviços contratado possuir licenciamento adequado para as tarefas a realizar, e licenciamento no que diz respeito ao abate de veículos em fim de vida

Artigo 11º

Reclamação de Veículo

1 - Da notificação ao proprietário deve constar a indicação do local para onde o veículo foi removido, bem como, a advertência que o proprietário o deve reclamar dentro dos prazos referidos no artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos), depois de pagas as despesas de remoção e depósito, sob pena de o veículo se considerar abandonado.

2 - No caso previsto na alínea b), do N.º 3, do artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos), se o veículo apresentar sinais evidentes de acidente, a notificação poderá ainda fazer-se pessoalmente ao proprietário, salvo se este não estiver em condições de a receber, sendo então feita em qualquer pessoa da sua residência, sendo dada preferência a familiares.

3 - Não sendo possível proceder à notificação pessoal por se ignorar a residência ou a identidade do titular do documento de identificação do veículo, a notificação deve ser afixada através de edital na Câmara Municipal de Celorico da Beira e Junta de Freguesia da área onde o veículo tiver sido encontrado, por um prazo de 15 dias, bem como, a sua reprodução e publicação do conteúdo do edital na internet, no sítio institucional da Câmara Municipal de Celorico da Beira em www.cm-celoricodabeira.pt

4 - Tem legitimidade para reclamar o levantamento de veículo removido pelo Município de Celorico da Beira o respetivo titular do documento de identificação do veículo, desde que o faça dentro dos prazos referidos no artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos) e proceda ao pagamento das taxas e despesas ocasionadas pela remoção e depósito.

5 - Aquando da reclamação do veículo nos termos do número anterior, o interessado deve fazer prova do seu direito de propriedade ou de qualquer outro direito que lhe confira responsabilidade sobre o veículo, mediante a apresentação dos documentos que atestem a titularidade do direito invocado.

6 - Para além da exibição dos documentos referidos no número anterior, o interessado deve ainda apresentar no ato de reclamação o imposto único de circulação (IUC) regularizado e o seguro atualizado do veículo ou documento comprovativo do cancelamento da respetiva matrícula, se o fim daquele não for a circulação.

7 - Em casos de dúvida e/ou sempre que seja recusada a exibição de algum dos documentos referidos nos números anteriores, os serviços municipais competentes podem solicitar a colaboração das

autoridades policiais e/ou da Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Celorico da Beira, para garantir o cabal esclarecimento da legitimidade do reclamante.

8 - Os veículos removidos pela Câmara Municipal serão depositados em parque do prestador de serviços contratado ou em depósito municipal, onde os mesmos ficarão até serem reclamados pelos seus proprietários (ou por reclamante do veículo que se considere legítimo), ou, caso essa reclamação não tenha lugar, até a edilidade lhes atribuir o destino que entender por conveniente.

9 - Os veículos removidos devem ser reclamados na Câmara Municipal, no horário das 9:00h às 14:30h, em dias úteis.

10 - Com a entrega do veículo ao proprietário, compete a quem o recebe garantir a sua deslocação do local onde se encontra depositado à guarda do Município de Celorico da Beira até ao local onde o pretende parquear, o qual não deve ser na via pública nas mesmas condições em que se encontrava quando foi removido, sob pena de o mesmo ser considerado em estacionamento abusivo.

Artigo 12º

Usufruto, Locação Financeira e Reserva de Propriedade

1 - Existindo sobre o veículo um direito de usufruto, a notificação referida nos artigos 9º (Notificação) e artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos) deve ser feita ao usufrutuário aplicando-se ao proprietário com as necessárias adaptações o disposto no artigo 21º (Hipoteca).

2 - Em caso de locação financeira ou de locação por prazo superior a um ano, a notificação referida nos artigos 9º (Notificação) e artigo 10º (Remoção ou Abandono de Veículos) deve ser feita ao locatário, aplicando-se aos locados, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 21º (Hipoteca).

3 - Tendo o veículo sido vendido com reserva de propriedade e mantendo-se esta, a notificação deve ser feita ao adquirente, aplicando-se ao locador, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 21º (Hipoteca).

4 - As notificações do presente artigo poderão ser feitas pessoalmente ou por carta registada com aviso de receção.

Artigo 13º

Levantamento Fotográfico

Antes de se proceder à remoção, a fiscalização municipal ou os serviços municipais devem efetuar um levantamento fotográfico da viatura no local que se encontra em situação irregular, bem como, da zona adjacente, de forma a ficar inequivocamente comprovada a infração ao presente Projeto de Regulamento, para juntar ao processo administrativo.

Artigo 14º

Ficha de Registo do Veículo Recolhido

Logo que um veículo dê entrada no depósito ou parque municipal deve ser aberta uma ficha de registo, conforme modelo constante do Anexo II (Ficha de Registo de Veículo Abandonado na Via Pública) e Anexo III (Ficha de Registo de Veículo à Venda na Via Pública) ao presente Projeto de Regulamento, onde fiquem anotados todos os dados referentes à viatura.

Artigo 15º

Informação dos Veículos Removidos por Abandono, às Entidades

1 - Os serviços municipais enviarão ofício à Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Celorico da Beira, à Autoridade Tributária Aduaneira de Celorico da Beira, à Polícia Judiciária - Departamento de Investigação Criminal da Guarda, à Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial da Guarda, à Polícia de Segurança Pública - Comando Distrital da Guarda, e à Direção Geral das Alfandegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, caso haja algum veículo com matrícula estrangeira, informando acerca da relação dos veículos recolhidos no Concelho em situação de abandono e degradação na via pública, com o objetivo daquelas forças, no prazo de 30 dias, informarem se algum dos veículos constantes da referida lista é suscetível de apreensão por alguma daquelas instituições e se sobre o mesmo impende algum ónus ou encargo.

2 - Se não houver qualquer resposta das entidades no prazo referido no número anterior presume-se que não existe qualquer informação em relação ao veículo.

Artigo 16º

Veículos Abandonados a Favor do Estado

- 1 - Após a receção das respostas das entidades indicadas no artigo anterior, caso se verifique que não incide qualquer apreensão sob os veículos em causa, e não sendo os mesmos reclamados por quem de direito, será comunicado através dos serviços municipais à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), no prazo máximo de 10 dias, as listagens dos veículos removidos não reclamados que cumpram os requisitos estipulados no N.º 2, do artigo 23.º, do Decreto-Lei N.º 170/2008, de 26 de agosto, na sua redação vigente, para que aquela no prazo de 30 dias, manifestar o interesse no veículo para integrar o Parque de Veículos do Estado.
- 2 - No caso de os veículos não cumprirem os requisitos estipulados no diploma previsto no N.º 1, apenas terá lugar a comunicação da listagem de veículos à ESPAP, I. P. se o destino a dar aos mesmos for a alienação ou o leilão, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei N.º 31/85, de 25 de janeiro, na sua redação vigente.
- 3 - A comunicação à ESPAP, I. P., referida nos números anteriores, é efetuada na sua plataforma.
- 4 - Caso a legislação indicada nos N.ºs 1 e 2 do presente artigo sofra alterações, o presente Projeto de Regulamento observará os novos critérios que venham a ser definidos.

Artigo 17º

Uso e Registo de Veículo a Favor do Município

- 1 - Quando a vistoria técnica prevista no artigo seguinte concluir que, um veículo não se encontra em fim de vida, não devendo ser encaminhado para abate, pela Comissão Técnica é elaborada ata da reunião contendo a descrição do histórico do processo administrativo do veículo e uma proposta para a formalização da sua aquisição pelo Município de Celorico da Beira.
- 2 - A proposta referida no número anterior é submetida a deliberação da Câmara Municipal de Celorico da Beira, que decide quanto à formalização de aquisição de veículo abandonado na via pública, por ocupação do Município de Celorico da Beira.
- 3 - A deliberação da Câmara Municipal de Celorico da Beira que decidir pela formalização de aquisição de veículo serve de fundamento para colocar o mesmo ao serviço e uso do Município de Celorico da Beira, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 4 - Com base na deliberação camarária referida nos N.ºs 2 e 3 do presente artigo, os serviços municipais competentes devem requerer, junto da Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial

de Celorico da Beira, o registo do veículo a favor do Município de Celorico da Beira e promover a atualização da competente documentação, designadamente o documento de identificação do veículo e título de registo de propriedade.

Artigo 18º

Vistoria Técnica

Os veículos considerados definitivamente abandonados e adquiridos pelo Município de Celorico da Beira são objeto de vistoria técnica a realizar pela Comissão Técnica referente a Veículos abandonados na via pública, proferindo ainda decisão sobre o interesse destes veículos integrarem a frota automóvel ou a sua alienação.

Artigo 19º

Veículos em Fim de Vida

Concluindo-se, que um veículo se encontra em fim de vida pela Câmara Municipal de Celorico da Beira após a realização da vistoria técnica prevista no artigo 19º (Vistoria Técnica), devendo os veículos serem encaminhados para abate, ordenando para o efeito, a abertura de procedimento para arrematação em hasta pública da sucata proveniente do veículo a abater.

Artigo 20º

Responsabilidade Civil

Em qualquer circunstância, a Câmara Municipal de Celorico da Beiras não se responsabiliza pelo estado de conservação do veículo aquando do seu levantamento pelo reclamante, declinando qualquer responsabilidade por eventuais deteriorações, danos sofridos ou estragos causados ao veículo durante a sua remoção, transporte e depósito nas instalações municipais, nomeadamente os resultantes de furtos e atos de vandalismo.

Capítulo IV

Procedimentos Especiais

Artigo 21º

Hipoteca

- 1 - Quando sobre o veículo recaia hipoteca, a remoção deve também ser notificada ao credor, para a residência constante do respetivo registo, ou nos termos do Código da Estrada e respetiva regulamentação.
- 2 - Da notificação ao credor deve constar a indicação dos termos em que a notificação foi feita ao titular do documento de identificação e a data em que termina o prazo.
- 3 - O credor hipotecário pode requerer a entrega do veículo como fiel depositário, para o caso de, findo o prazo, o titular do documento de identificação do veículo o não levantar.
- 4 - O requerimento pode ser apresentado no prazo de 20 dias úteis após a notificação, ou até ao termo do prazo para levantamento do veículo pelo titular do documento de identificação, se terminar depois daquele.
- 5 - O veículo deve ser entregue ao credor hipotecário logo que se mostrem pagas todas as taxas e despesas pela remoção e pelo depósito.
- 6 - O credor hipotecário tem o direito de exigir do titular do documento de identificação as despesas referidas no número anterior e as que efetuar na qualidade de fiel depositário.

Artigo 22º

Penhora

- 1 - Quando o veículo tenha sido objeto de penhora, arresto, apreensão ou ato equivalente, o Município de Celorico da Beira ou a autoridade que procedeu à sua remoção, deve informar o tribunal das circunstâncias que justifiquem a remoção.
- 2 - No caso previsto no número anterior, o veículo deve ser entregue à pessoa que para o efeito o tribunal designar como fiel depositário, sendo dispensado o pagamento prévio das despesas de remoção e depósito.
- 3 - Nos processos de execução, os créditos pelas despesas de remoção e depósito gozam de privilégio mobiliário especial.

Artigo 23º

Veículos com Matrícula Estrangeira

Sempre que os veículos removidos tenham matrícula estrangeira, é solicitada a colaboração da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, para obtenção da identificação do proprietário do veículo.

Capítulo V

Abate de Veículos

Artigo 24º

Arrematação em Hasta Pública

1 - Caso o Município não tenha comunicado ao ESPAP, I.P., que o veículo é para abate, e todo o procedimento de remoção dos veículos das instalações municipais, seu abate, cancelamento de matrícula e certificado de destruição de veículo, não seja efetuado pelo ESPAP, I.P., deverá dar-se cumprimento ao descrito no artigo 19º (Veículos em Fim de Vida), sendo apresentada proposta à Câmara Municipal a fim de deliberar sobre o procedimento de arrematação em hasta pública da sucata proveniente dos veículos abandonados, na qual são indicadas as condições em que a mesma deve decorrer.

2 - Os serviços municipais competentes promovem a tramitação de procedimento de arrematação em hasta pública da sucata proveniente dos veículos abandonados na via pública.

Artigo 25º

Publicação de Edital

1 - Após deliberação da Câmara Municipal acerca da arrematação da hasta pública, nas condições aprovadas e na lei geral, será mandado publicar Edital que será afixado no átrio dos Paços do Município e demais lugares de estilo, assim como, a reprodução e publicação do conteúdo do edital na internet, no sítio institucional da Câmara Municipal de Celorico da Beira em www.cm-celoricodabeira.pt

2 - É facultada a todos os interessados, que pretendam apresentar proposta, para arrematação dos veículos, a possibilidade de examinarem os mesmos.

Artigo 26º

Abertura das Propostas

No terceiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado no Edital para a apresentação das propostas em carta fechada e lacrada, procede-se à sua abertura e consequente arrematação da proposta mais vantajosa para o Município de Celorico da Beira.

Artigo 27º

Arrematação

- 1 - A arrematação será feita pela proposta mais vantajosa.
- 2 - Os serviços municipais oficialarão a entidade que ganhou a arrematação para que no prazo de oito dias úteis proceda ao pagamento e levantamento dos veículos do parque.

Artigo 28º

Cancelamento de Matrícula

- 1 - Os veículos portadores de matrícula nacional ou estrangeira, quando destinados a abate, terão obrigatoriamente a sua matrícula cancelada junto da entidade emissora.
- 2 - Caso o destino final dos veículos seja a sua destruição ou desmantelamento, o prestador de serviços contratualizado para o efetuar, ou o serviço municipal competente, deve informar o Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres (IMTT), a relação dos veículos vendidos sem Documento Único Automóvel e para sucata, para efeitos do cancelamento da respetiva matrícula, bem como, enviar cópia dos respetivos certificados de destruição se o houver.

Artigo 29º

Certificado de Destruição de Veículo

- 1 - Na sequência da arrematação, o adjudicatário promove o abate dos veículos e assegura a emissão dos certificados de destruição de veículo em fim de vida, nos termos da lei.

2 - O Município de Celorico da Beira notifica os anteriores proprietários dos veículos em fim de vida para entregar, dentro do prazo concedido para o efeito, a documentação oficial respeitante aos mesmos que possibilite a emissão do certificado de destruição de veículo em fim de vida.

3 - Entregue a documentação referida no número anterior ao adjudicatário da arrematação, não pode o Município de Celorico da Beira ser responsabilizado pela falta de emissão do certificado de destruição de veículo em fim de vida.

4 - Findo o prazo referido no N.º 2, sem que os anteriores titulares da documentação façam a sua entrega junto dos serviços municipais competentes, são os veículos entregues para abate, não podendo o Município de Celorico da Beira ser responsabilizado pela falta de emissão do respetivo certificado de destruição de veículo em fim de vida.

Capítulo VI

Fiscalização, Sanções e Taxas

Artigo 30º

Fiscalização

1 - A fiscalização das disposições contidas no presente Projeto de Regulamento compete às autoridades policiais e aos serviços municipais.

2 - Compete aos serviços municipais, agentes e funcionários:

- a) Esclarecer os utentes sobre as normas estabelecidas no presente Projeto de Regulamento;
- b) Promover o correto estacionamento;
- c) Desencadear as ações necessárias à eventual remoção dos veículos em transgressão.

3 - Quando as autoridades policiais ou os serviços municipais não puderem identificar o autor da contraordenação, deve ser intimado o proprietário do veículo, o adquirente com reserva de propriedade, o usufrutuário ou locatário em regime de locação financeira para, no prazo de 15 dias, proceder a essa identificação.

Artigo 31º

Contraordenações

- 1 - Constitui contraordenação, punível com coima, o não cumprimento de qualquer das normas previstas neste Projeto de Regulamento.
- 2 - As contraordenações previstas no número anterior são puníveis com coima de 250€ a 500€, no caso de se tratar de pessoa singular, e de 500€ a 1000€, no caso de se tratar de pessoa coletiva.
- 3 - A tentativa e negligência são puníveis.

Artigo 32º

Sanções

Compete ao Presidente da Câmara a instauração de processo de contraordenação, bem como a aplicação das coimas e das sanções acessórias que entenda convenientes e adequadas.

Artigo 33º

Taxas devidas pela Remoção e Depósito de Veículos

- 1 - As taxas devidas pela remoção e depósito de veículos referidos no presente Projeto de Regulamento as quais se encontram no anexo IV, são as legalmente previstas e transcritas da Portaria N.º 1424/2001, de 13 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Portaria N.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro e pela Declaração de Retificação N.º 2/2011 de 8 de fevereiro, ou pelas alterações de que for sujeito.
- 2 - As taxas apresentadas no anexo IV serão reportadas para o artigo 67º, a partir do ponto 5 inclusive, da Tabela de Taxas e Preços do Município de Celorico da Beira, no início do ano civil seguinte à publicação da aprovação deste Regulamento em Diário da República.
- 3 - As taxas são atualizadas automaticamente, em 1 de março de cada ano, em função da variação – quando for positiva – do índice médio de preços no consumidor, excluindo a habitação, no continente, relativo ao ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, arredondando-se os resultados obtidos, por excesso, para a unidade superior e sempre que existam alterações às Portarias indicadas.

4 - A taxa referida a cada período de vinte e quatro horas ou fração é contada a partir da entrada do veículo no depósito ou parque municipal.

5 - O pagamento das taxas que forem devidas é obrigatoriamente feito na entrega do veículo.

6 - O produto das taxas reverte integralmente a favor do Município de Celorico da Beira.

Artigo 34º

Responsabilidade pelo Pagamento de Taxas e Despesas

1 - Quem for proprietário, adquirente com reserva de propriedade, usufrutuário, locatário em regime de locação financeira, locatário por prazo superior a um ano ou quem, em virtude de facto sujeito a registo, tiver a posse do veículo é responsável por todas as despesas ocasionadas pela remoção e depósito, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, ressalvando-se o direito de regresso contra o condutor.

2 - Quando o titular do documento de identificação do veículo comprovar que já não era o proprietário do veículo à data do seu abandono na via pública, devem os serviços municipais competentes propor a suspensão do procedimento administrativo pelo prazo máximo de 90 dias, para que o interessado promova a regularização do registo automóvel nos termos da lei.

3 - Com a apresentação, dentro do prazo fixado nos termos do número anterior, do documento comprovativo da regularização do registo automóvel, o anterior proprietário fica dispensado de proceder ao levantamento do veículo, bem como, do pagamento das taxas de remoção e depósito do mesmo.

Capítulo VII

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 35º

Contagem de Prazos

1 - Os prazos fixados no presente Projeto de Regulamento são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

2 - Quando o prazo para a prática de qualquer ato terminar em dia feriado, sábado ou domingo ou em dia em que os serviços municipais se encontrem encerrados, o respetivo termo transita para o primeiro dia útil seguinte.

3 - Para efeitos do número anterior consideram-se encerrados os serviços municipais quando for concedida tolerância de ponto.

4 - Os prazos fixados no presente Projeto de Regulamento contam a partir da receção das inerentes notificações ou da sua afixação por meio de edital.

Artigo 36º

Delegação e Subdelegação de Competências

1 - As competências neste Projeto de Regulamento conferidas à Câmara Municipal de Celorico da Beira podem ser delegadas no seu Presidente, com faculdade de subdelegação nos vereadores.

2 - As competências neste Projeto de Regulamento cometidas ao Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira podem ser delegadas nos vereadores, com faculdade de subdelegação nos dirigentes dos serviços municipais.

Artigo 37º

Dúvidas e Omissões

1 - Sem prejuízo dos princípios gerais de direito e da demais legislação aplicável em matéria de abandono, remoção, abate de veículos, aplicam-se subsidiariamente ao presente Projeto de Regulamento:

- a) O Código da Estrada;
- b) O Código do Procedimento Administrativo;
- c) O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira.

2 - As dúvidas e os casos omissos suscitados na interpretação e aplicação do presente Projeto de Regulamento que não possam ser resolvidas por recurso a critérios legais de interpretação e integração de lacunas serão apreciadas e resolvidas pela Câmara Municipal de Celorico da Beira.

Artigo 38º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte após a sua publicação na 2ª série do Diário da República.